

ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS E VULNERABILIDADE: LUGARES DE PROBLEMAS OU SOLUÇÕES?

Urban public spaces and vulnerability: Places of problems or solutions?

Luiz Tiago de Paula

Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências (IG) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Ciências Humanas da Faculdade Sesi de Educação (SP). Membro do Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência (LAGERR/FCA/Unicamp), Brasil

luiztiago.paula@gmail.com

Eduardo Marandola Jr.

Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenador do Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência (LAGERR/FCA/Unicamp), Brasil

eduardo.marandola@fca.unicamp.br

Recebido: 25/02/2025

Aceito: 15/03/2025

Resumo

Espaços públicos urbanos possuem, ao menos no campo discursivo, faces ambivalentes sobre os preceitos que o tema vulnerabilidade tem suscitado na contemporaneidade. Ao mesmo tempo em que eles possuem uma dimensão “vulnerabilizada”, identificados como lugares de fonte de insegurança social, através de problemas relacionados à exposição da violência, marginalização e depredação urbana, eles são também, sobre os preceitos do moderno conceito de democracia, analisados como espaços de afirmação política e exercício de cidadania, o que lhe daria a qualidade de espaços de segurança social. A partir do viés ambiental, alguns espaços públicos tradicionais são também objeto de políticas públicas urbanas destinadas à recuperação e proteção de áreas ambientalmente vulneráveis, tais como parques e bosques urbanos. Esse panorama dualista coloca estes específicos lugares urbanos em uma complexa discussão entre lugares vulneráveis e lugares produtores de vulnerabilidades. A ideia do presente artigo é contextualizar essas dimensões sociais e ambientais sobre os riscos relacionados aos espaços públicos urbanos, em contextos metropolitanos, e pensá-las a partir de uma abordagem fenomenológica da vulnerabilidade.

Palavras-chave: Experiência urbana. Vulnerabilização. Insegurança. Riscos.

Abstract

Urban public spaces in metropolitan cities present, at least in discursive, ambivalent characteristics regarding the concept of vulnerability in contemporary times. On the one hand, they embody a “vulnerable” dimension, often perceived as sources of social insecurity due to issues such as exposure to violence, marginalisation, and urban vandalism. On the other hand, from the perspective of modern democratic principles, these places are analysed as arenas for political affirmation and the exercise of citizenship, granting them the quality of spaces of social security. From an environmental perspective, some traditional public spaces are also the object of urban public policies aimed at restoring and protecting environmentally vulnerable areas, such as urban parks and forests. This dualistic panorama places these specific urban places in a complex discussion between vulnerable places and places that produce vulnerabilities. This article seeks to contextualise these social and environmental dimensions regarding the risks related to urban public spaces in metropolitan contexts and to think about them from a phenomenological approach to vulnerability.

Keywords: Urban experience. Vulnerabilization. Insecurity. Risks.

1. QUEM OU O QUE ESTÁ VULNERÁVEL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS?

Imagem 1: ao perambular pelas ruas ou parques de uma cidade que pouco conhece, o caminhante – seja um viajante ou um recém morador – se detém, por vezes, sobre os detalhes que se encontram na paisagem: no cuidado com os jardins, nas condições das calçadas, na limpeza dos canteiros, na salubridade dos cursos d'água, as sinalizações e organização das vias de trânsito etc. Se esta experiência se revela parcialmente positiva, o caminhante se sente seguro para continuar explorando o trajeto nesse novo lugar: com paciência, ele pausa para ler as mensagens das placas, faz rápidas especulações sobre as toponímias da cidade e tira, sem demora, pequenas conclusões. A segurança que se desvela ali, nesse breve itinerário, ainda é permeada pela desconfiança. Para se sentir seguro, ele ou ela ainda precisa do assentimento de uma pessoa local, que descreva, mesmo que resumidamente, a dinâmica da vida naquele lugar.

Vejamos o caso de uma cidade hipotética, facilmente identificável no interior de algum estado brasileiro:

Anda-se por um parque linear bem localizado, em áreas de proximidades ao centro urbano, com acesso a recursos e serviços de bem público (comércio, lazer, saúde e educação), as calçadas encontram-se bem cuidadas, mas não há pontos para paragem, os bancos e mesas estão quebrados, todos os banheiros ao longo do parque urbano estão fechados, não há funcionários para se informar sobre algum aspecto de seu funcionamento. Ao se encontrar sozinho ou sozinha em determinados trechos dessa caminhada, este observador se vê, então, ameaçado, vulnerável sobre o risco de um perigo que lhe veio à mente. Se não há pessoas circulando por este lugar, tampouco funcionários, a sensação de abandono se instala. Mesmo que a probabilidade de alguma ameaça ocorrer ser pequena, os simples sinais de esvaziamento do parque linear vulnerabilizou este indivíduo.

O objetivo dessa imagem é colocar as experiências urbanas como ponto de partida e, ao mesmo tempo, caminho para ponderações e argumentações da hipótese defendida aqui: **espaços públicos vulnerabilizam à medida que são vulnerabilizados**. A insegurança urbana nos espaços públicos reside em qualquer elemento disruptivo da vida cívica, capaz de ruir ou até mesmo anular quaisquer sensações de tranquilidade. Aquela breve caminhada que se despontava para algo novo e prazeroso, repentinamente, se tornou uma experiência quase aterradora sob a iminência de um perigo.

Em outras palavras, quem ou o que está vulnerável nesse caso? O caminhante ou o espaço público? Ou ambos?

A experiência nos espaços públicos durante a pandemia da Covid-19, que teve seu ápice de casos de infecção entre os anos de 2020 e 2021, pode nos ajudar a perseguir as possíveis respostas para tais questões. Durante a pandemia, somado ao intervalo de tempo necessário à produção e distribuição da vacina imunológica, a estratégia de combate se

baseou em formas de evitar aglomerações e circulação de pessoas e, por meio disso, do próprio vírus. Nesse sentido, muitas cidades adotaram a política de isolamento – com o termo em inglês, *lockdown* – como base das ações de contingência. A condição urbana que estava dada, portanto, era a de “imobilidade” urbana (Rocha; Costa; Colchete Filho, 2020).

Na tentativa de mitigar o risco do aumento de mortes causadas pelo Covid-19, as forças das circunstâncias colocaram a “imobilidade” como único cenário de segurança da população, especialmente daqueles considerados mais vulneráveis (classificados com comorbidades). Os espaços públicos, especificamente os de livre circulação como parques, praças e a própria rua, se tornaram foco de atenção, demandando um esforço máximo dos órgãos e instituições responsáveis pelos mecanismos de contenção de quaisquer tipos de usos.

A contrapartida dessa iniciativa foi uma consequência que poucos esperavam: a restrição da mobilidade nos espaços públicos agravou problemas de saúde coletiva relacionados ao sedentarismo, como hipertensão, doenças cardiovasculares e, até mesmo, estresse e diabetes (Campos, 2022; Rocha; Costa; Colchete Filho, 2020; Souza, 2024). Para parcela da população urbana, em grandes cidades do Brasil, os espaços públicos são umas das únicas opções para executar caminhadas diárias, alongamentos ou outras atividades ao ar livre. Ou seja, o fechamento dos parques diminuiu o risco da contaminação do vírus e, ao mesmo tempo, aumentou outros riscos associados à saúde pública.

Em alguma medida, por mais que haja um processo contínuo de substituição dos espaços públicos por espaços privados na cidade contemporânea, os primeiros ainda são considerados como referência de estilos de vida saudáveis, tanto pela saúde física quanto mental, à medida que possuem infraestrutura específica para atividades físicas e, ao mesmo tempo, dispositivos institucionais para a promoção da interação e diversidade social.

Talvez, a pandemia tenha revelado, de maneira mais enfática, essa dupla face dos espaços públicos – à medida que eles se apresentam como “o” problema urbano, por estar associado à ameaça da violência, abandono e depredação, eles também são tidos como o centro da solução.

A vulnerabilidade do espaço público urbano deve ser considerada, portanto, a partir de uma perspectiva multidimensional que considere tanto as suas fragilidades, ou seja, seus elementos de falibilidade de promoção à vida cívica, quanto suas potencialidades de problemas urbanos que se manifestam como novos, mas têm se revelado às vicissitudes pretéritas da cidade moderna.

Este artigo tem como objetivo problematizar a vulnerabilidade nos e dos espaços públicos, a partir das experiências urbanas sob dois contextos principais: (i) a crise urbana resultante de modelos de cidades marcadas pela segregação socioespacial, pelo abandono e pela depredação dos espaços públicos, que perderam a centralidade que outrora possuíam; e (ii) a forma como esses mesmos espaços são alvos de políticas urbanísticas que buscam, simultaneamente, enfrentar desafios de ordem social — como a diversidade e a qualidade de acesso aos bens públicos — e ambiental — incluindo sustentabilidade e qualidade de vida na cidade contemporânea. Esses dois contextos geram uma ambiguidade em relação aos riscos que permeiam esses lugares, tornando-os produtores de insegurança e de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, configurando-os como espaços estratégicos para o enfrentamento desses mesmos perigos.

2. A CRISE URBANA E AS REPERCURSSÕES SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Killian (1998) foi um dos precursores a descrever o processo de crise urbana dos espaços públicos como a *“literature of loss”* (literatura da perda) uma vez que não se teriam elementos empíricos suficientes e concretos das práticas e políticas urbanas e sociais que apontassem para novos rumos e modelos de cidades mais democráticos; o que consequentemente faria com que muitos pesquisadores pressupusessem a concepção entre “crise da esfera pública” e “crise do espaço público” como algo, cientificamente, encerrado.

Essa pressuposição da *“literature of loss”*, a seu modo, se propõe como um certo senso comum acadêmico. Entretanto, já colocada por autores como Serpa (2004; 2007), Gomes (2010), Abrahão (2010) e De Paula e Marandola Jr. (2023), essa perspectiva pode ser, em alguns sentidos, problemática. Há uma sinonímia epistemológica colocada nessa concepção de cidade e de espaço urbano que deve ser explicitada: relacionar as dimensões políticas e sociais de uma esfera pública e seus aspectos formais às concretudes que animam os usos cotidianos dos espaços públicos urbanos (edificados) é uma linha de raciocínio sinuosa. Isso porque a transposição dos conceitos e categorias da filosofia política (Arendt, 2004; Habermas, 2003; Sennett, 1998), tal como cidadania e democracia, entre outros, não foi mediada por grande parte da teoria urbana, justamente pela dificuldade que a cisão e a fragmentação disciplinar entre estudos da “esfera pública”, de um lado, e estudos dos “espaços públicos”, do outro, gerou (Abrahão, 2008; Arantes, 2000).

A denominação de espaços públicos como a condição de espaços imprescindíveis ao exercício da cidadania e manifestação da vida pública é recorrente. Ou seja, lugares que

permitiriam assegurar os direitos da cidadania, da diversidade e do uso da cidade, como a acessibilidade à memória, a segurança, a informação, o conforto e a circulação. Esta seria, em alguma medida, uma visão nostálgica do moderno conceito de democracia (Berdoulay, 2011). Atribui-se, assim, à materialidade desses espaços uma realização sociopolítica identificada por atributos de concepções pouco presentes no desenho, na forma e na edificação desses lugares.

Mitchell (1996) refletiu a respeito da transposição da crise da esfera social e política para a vida nos espaços públicos da seguinte maneira:

So, in other words, is public space simply the space of politics, as some traditional theory has held? If it is, then to what degree does a kitchen-table strategy meeting constitute political activism in public space? Furthermore, what then is the relationship between physical, material public spaces and the construction of a public sphere? Are the terms "public space" and "public sphere" interchangeable, as they often seem to be in much of the literature? Is "space" simply a metaphor for something else? For geographers such questions are unsettling¹ (Mitchell, 1996, p.127).

Essa reflexão chama atenção para um olhar mais apurado a respeito das transformações que ocorrem na cidade, em como suas configurações urbanas, de uma perspectiva mais global, demandam novos nexos e fluxos de pessoas que impõem outras formas de usos dos espaços coletivos (privados e públicos). Ao mesmo tempo, e sob uma outra ótica, examinar como as práticas sociais se associam aos significados construídos e atribuídos aos espaços públicos urbanos enquanto suporte prático e simbólico da vida pública cotidiana (Leite, 2008; De Paula, Marandola Jr., 2023). Portanto, essas duas maneiras de observar as mudanças da vida urbana exigem escalas distintas de observação: a primeira sistêmica, da cidade e de sua estrutura; a segunda idiossincrática, dos lugares públicos e seus contextos sociais e geográficos imediatos.

Quanto à primeira perspectiva, a cidade possibilita diferentes maneiras de experienciá-la. Sua paisagem agrega um acúmulo desigual de tempos e espaços (Santos, 2020). Os grandes eixos viários cortam as novas e pretéritas áreas urbanas, aproximando rapidamente, em termos de tempo de deslocamentos, lugares que podem ter sido compreendidos há pouco tempo como distantes. Essa experiência da velocidade assume

¹ Tradução livre: "Assim, em outras palavras, é o espaço público simplesmente o espaço da política, como alguma teoria tradicional tem realizado? Se é, então, até que ponto é que uma reunião de piquenique constitui um ativismo político no espaço público? Além disso, qual é então a relação entre os espaços físico-material de espaços públicos e a construção de uma esfera pública? São os termos "espaço público" e "esfera pública" intercambiáveis, já que muitas vezes parecem estar em grande parte da literatura? É o "espaço" simplesmente uma metáfora para algo mais? Para geógrafos tais questões são inquietantes."

o imperativo da mobilidade contemporânea que, por ora, conecta distintos locais, mas fragmenta as lógicas e os contextos urbanos “mais lentos” do que os trajetos feitos por automóvel.

Sobre as experiências dessa mobilidade contemporânea, Maricato (2008, p.6) argumentou que “o automóvel conformou as cidades e definiu, ou pelo menos foi o mais forte elemento a influenciar, o modo de vida urbano na era da industrialização”. Segundo a autora, daquilo que era inicialmente uma opção, o automóvel passou a ser uma necessidade de todos, e como necessidade que envolve todos os habitantes da cidade, o que tem gerado problemas que estão para além da simples locomoção². Lévy (2002) também identificou essa experiência como adversa à valorização dos espaços públicos urbanos:

O automóvel possui efeitos diversos: ele consome e destrói espaços públicos, unifica as escalas. Por sua velocidade, ele aumenta a massa de interações em princípio possíveis (urbanidade absoluta), mas pelas separações e a diminuição da densidade que ele engendra, reduz a parte deste potencial realmente utilizável (urbanidade relativa). Além disso, o automóvel é, historicamente, instrumento de realização do “modelo dos conjuntos habitacionais” [*modèle pavillonnaire*] que provoca em si mesmo a diminuição das densidades, a separação das funções e o enfraquecimento dos espaços públicos. (Lévy, 2002, p.8).

O que está subjacente a esse argumento é, portanto, a relação entre a morfologia urbana e tipos de usos possíveis, segundo suas características. O autor contrapõe a cidade com um tecido urbano disperso e fragmentado—marcado por lugares refuncionalizados à lógica de longos e rápidos deslocamentos pelo automóvel—à cidade de tecido compacto, ou, como mencionado no trecho citado, “denso”. Esta última se caracteriza por uma paisagem diversa, que integra diferentes formas de uso e apropriação do espaço urbano, conceito que o autor denomina de “urbanidade relativa”.

A “urbanidade relativa”, ainda sob o argumento de Lévy (2002), seria uma potência de se estabelecer outras “métricas” de trajetos pela cidade que não fossem restritas ao automóvel. A “métrica do pedestre”, a possibilidade de ciclovias integradas a pequenos circuitos a pé apelaria para outras vivências dos espaços públicos urbanos. O autor entende que, à medida que a estrutura urbana se desagrega e se dispersa, abre-se o alibi ao poder público de argumentar aos problemas da mobilidade e dos espaços públicos com a famigerada “metalepse do automóvel”, que consiste num discurso técnico que trata a causa

² “Em outras palavras, o mais desejável modo de transporte, aquele que admite a liberdade individual de ir a qualquer lugar em qualquer momento, desde que haja infraestrutura rodoviária para essa viagem, funciona apenas quando essa liberdade é restrita a alguns. Quando tal possibilidade passa a ser “democratizada”, a partir das ações pioneiras de Henry Ford, que incorporou seus operários no mercado desse bem, ela mostra-se inviável pelos congestionamentos, além de insustentável” (Maricato, 2008, p. 6).

como um efeito. Ou seja, o trânsito congestionado por causa da dependência da necessidade do uso de automóveis privados, eximindo de quaisquer responsabilidades estudos urbanísticos mais aprofundados sobre a democratização de “novas” maneiras de deslocamentos.

Ainda sobre o moderno processo de fragmentação urbana, Abrahão (2008) colabora à perspectiva de Lévy (2002) ao admitir que a realização de uma racionalização da vida urbana, com predominância de aspectos como mobilidade, fluxo, deslocamento, organicidade, funcionalidade, que contribuíram para privilegiar a privatização, teriam como objetivo a deterioração dos espaços públicos. Isso aprofundaria as diferenças sociais para acentuar as exclusões sociais e para criar enfim uma cidade apartada, restrita, de intramuros. No entanto, Abrahão (2008) argumentou que isso não significaria o fim dos espaços públicos, mas uma redução considerável da diversidade e heterogeneidade dos espaços de interação social interclasses.

Dentro desta perspectiva de não assumir a extinção total dos espaços públicos, Salcedo Hancen (2002) apontar que as pessoas mais pobres, muitas vezes tratadas como “indesejáveis” por grupos das classes média e alta, há muito tempo são mantidos à distância. A partir dos processos de substituição dos espaços públicos pelos privados, abriu-se a possibilidade dos primeiros serem reapropriados por grupos sociais, raciais, sexuais mais heterogêneos (Andrade; Batista, 2015; Salcedo Hancen, 2002). A questão que se faz, então, é: se os espaços públicos foram abandonados, é preciso saber quem os abandonou? Nesse sentido, se as autoridades e segmentos da classe média, além da elite, optam por não ocupar mais esses espaços, precisamos reconhecer que, especialmente, nas grandes cidades emergem-se diferentes desejos de grupos e indivíduos sobre supostos espaços públicos que perderam seu valor cívico em razão da crise das esferas social e pública.

Todo espaço público, segundo Valverde (2017), possui como origem e finalidade alguns fatos políticos, por mais que as suas dinâmicas cotidianas não manifestem relações diretas à sua administração pública, simbologia ou aspectos normativos previstos em seus projetos e concepções. O autor sugere, a partir de uma orientação foucaultiana, o exame dos espaços públicos como “espaços heterotópicos”, uma vez que essa abordagem procuraria uma forma de classificação espacial que valorizaria a presença constantes e múltiplas representações conflitantes dos espaços públicos, que nem o poder público, nem qualquer outro agente único e isolado poderia definir um arranjo social coeso sobre os processos que ali animam. Ou seja, o espaço heterotópico seria possível quando um

espaço público concentra muitos agentes, narrativas e objetos que passam a apresentar uma configuração espacial que se renova continuamente e através de canais formais e informais (Valverde, 2017, 2015; 2009).

A necessidade de uma abordagem analítica em duas escalas — considerando, de um lado, a crise urbana global e generalizada e, de outro, a crise dos espaços públicos, contextual e singularizada — decorre das especificidades exigidas pelos diferentes contextos geográficos. Alguns espaços públicos funcionam como referências turísticas, atendendo a dinâmicas de uso que demandam serviços e infraestrutura para receber visitantes de várias cidades do país e, em alguns casos, de outras regiões do mundo. Ao mesmo tempo, há espaços mais exclusivos, voltados principalmente às necessidades de usuários locais, seja no âmbito do bairro ou de comunidades específicas do lugar.

Essas duas escalas permitem a compreensão das relações entre vulnerabilidade e espaço públicos de duas maneiras: a primeira como meros produtos de uma decadência sistêmica de uma cidade já fadada à reprodução de espaços socialmente deteriorados e vulnerabilizados; e a segunda, os espaços públicos como elementos contra-hegemônicos da crise anunciada, servindo como sinais de resistência e ressurgência de horizontes com maiores possibilidades de experiências democráticas na cidade. Essas duas perspectivas podem ser traduzidas, também, em expectativas e serão consideradas ao longo dos próximos itens, nos quais colocaremos mais elementos das contraditórias concepções que envolvem estes lugares.

3. ESPAÇOS PÚBLICOS E A EXPERIÊNCIA DO RISCO E DA (IN)SEGURANÇA: UMA ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL DA VULNERABILIDADE

Cidadão do Cairo e de São Paulo podem sentir o medo de maneira diferente dos de Paris e Londres, mas em todos esses lugares são os medos individualizados que predominam. (Furedi, 2010, p. 1).

Não é novo o sentimento de medo nas cidades. Desde o século XVIII, resguardadas as especificidades de cada contexto histórico e cultural, as cidades foram marcadas pelo desenvolvimento de diferentes estratégias de controle social, sendo muitas delas experimentadas de formas institucionalizadas: a prisão, a polícia, o asilo, os manicômios e hospitais, códigos sanitários e fundiários, leis de trânsito etc. (Spósito; Góes, 2013; Tuan, 2005). Como essas estratégias nunca se encerram, elas passaram por mudanças e tentativas de aperfeiçoamento de sua eficácia, uma vez que suas aplicações variam desde

os aspectos socioeconômicos até as práticas culturais dos lugares onde elas são formalizadas.

O sentimento de insegurança, seja no trânsito, nos parques ou nas praças, nas últimas décadas, tem se intensificado. Em face das transformações experienciadas nos próprios modelos da cidade capitalista, a insegurança nos espaços públicos está diretamente associada à insegurança específica da cidade (Pedrazzini, 2006). Essa insegurança apoia-se, em grande medida, na ideia de que há um aumento generalizado do “perigo”, do “medo” e principalmente da “violência urbana”.

Nesse ponto, Spósito e Góes (2013) problematizam as relações entre “violência real” e “violência representada”³. As autoras apontam que quando se trata especificamente da violência urbana, além das dificuldades em qualificá-la, encontra-se casos em que a própria cidade é concebida como “sujeito violento” – violência **da** cidade ao invés de violência **na** cidade – opondo-se aos princípios cívicos que atravessam a ideia moderna de cidade e democracia.

Essa concepção de cidade como um lugar *a priori* violento se vale de generalizações, por vezes, interpretadas no papel das mídias que, diante da sensação de um medo difuso, produz uma dada realidade, fortalecendo-se à medida que mais opiniões são engajadas a defender esse ponto de vista. No entanto, Spósito e Góes (2013) afirmam, acertadamente, que a “violência representada” não se resume a meramente uma opinião sobre a cidade, mas ela se materializa e se realiza quando se serve de estímulos coletivos a uma outra e nova violência – como, por exemplo, modelos mercadológicos de cidades que difundem espaços fechados e exclusivos como única maneira de lidar com a própria violência.

Fundamental se torna, portanto, pensar a insegurança no espaço público a partir de seus múltiplos contextos espaciais (De Paula, 2016; Marandola Jr.; De Paula, 2013). O contexto geográfico, como o bairro em que determinado espaço público se encontra, ou de maneira mais geral, a cidade e a região, é um caminho para se refletir esse sentimento de insegurança. É a partir do bairro que o lugar-espaço-público se abre e se relaciona com a cidade: se as características deste sítio urbano está uma área abastada de ativos públicos, ou se em uma região mais central, os temas sobre depredação e violência aparecerão sob diferentes formas em comparação com parques mais centrais da cidade (De Paula, 2016).

³ Spósito e Góes (2013) entendem como “violência real” a possibilidade ou próprio ato que causa danos, enquanto a “violência representada” os discursos e narrativas sobre casos de violência que, apesar de não serem diretamente vividos por aqueles que os descrevem, residem nos imaginários urbanos.

Outro aspecto fundamental pode ser os elementos institucionais burocráticos. Estes estão diretamente associados ao contexto geográfico, sendo os documentos legais como o Plano Diretor Urbano e o Estatuto da Cidade, leis imprescindíveis às políticas de zoneamento urbano que irão definir a existência, seus destinos e usos dos espaços públicos.

Notadamente, em cidades como São Paulo, Belo Horizonte e outros exemplos no Brasil e no mundo, as áreas verdes estão restritas aos espaços públicos ou às áreas de proteção ambiental ou permanente (APA e APP), as quais, do ponto de vista legislativo, se caracterizam pelo mesmo dispositivo legal (preservação e conservação ambiental). Esse cenário de escassez de vegetação faz com que parques e jardins urbanos sirvam como verdadeiros “oásis metropolitanos”, destacando-se como vitrines para embelezamento estético.

Segundo Serpa (2005), tais “oásis metropolitanos” tratam-se de uma estratégia de *marketing* urbano que prioriza um modelo pragmático de cidade ideal. Em muitos casos, o autor sugere que esses espaços públicos se tornam verdadeiros “álibis verdes”, quando não há nenhuma preocupação de valor ecológico quanto às espécies de cobertura vegetal ou faunas ali presentes, mas uma clara intenção de tornar os parques públicos instrumentos de gentrificação e valorização fundiária da cidade ou de seu entorno imediato.

Esses “álibis verdes” colocam os espaços públicos urbanos sob um “paradoxo da sustentabilidade”: embora, de maneira geral, esses equipamentos urbanos sejam vistos como bens coletivos, lugares de diversão e entretenimento, eles são, do ponto de vista da gestão territorial do solo urbano, elementos de valor patrimonial que interferem diretamente nos processos de integração ou segregação socioespacial da cidade (Serpa, 2005).

Torna-se evidente que as questões de cunho social e ambiental sobre espaços públicos se articulam em uma trama, tornando impossível uma perspectiva causal e simplista de soluções setoriais. Discussões a respeito das mudanças ambientais se consolidaram como incontornáveis no contexto das emergências climáticas, compondo parte importante das agendas políticas municipais e estaduais, no Brasil. Os efeitos dessas mudanças são sentidos na escala local, como nas ilhas de calor, nos diferentes eventos hidrometeorológicos, no aumento da incidência de doenças respiratórias relacionadas aos ambientes urbanos, etc., o que contribui para colocar os parques públicos no foco das discussões sobre cidades sustentáveis (Gomes, 2014), justamente por terem as características de “lugares para contatos com a natureza”.

Para Baumgartner (2021), essas características ecológicas são “amenidades ambientais” que podem ser apropriadas pelo mercado imobiliário quase como adereços. O autor denominou tal processo de “gentrificação verde”. Ou seja, a oferta de serviços ecológicos e de infraestruturas verde-azuis — que englobam a vegetação e os corpos hídricos —, associada ao conforto térmico, aos espaços de lazer e aos eventos públicos, acaba se inserindo, tanto material quanto simbolicamente, em uma lógica capitalista que intensifica a segregação social. Nesse contexto, qualquer possibilidade de implementação de estratégias de justiça ambiental é anulada, sobretudo em cidades que já enfrentam uma dupla vulnerabilidade, tanto social quanto ambiental.

Mesmo quando os espaços públicos centralizam a função de cumprir o contato com áreas verdes, no sítio urbano, esse papel pode gerar problemas relacionados ao não reconhecimento ou pertencimento de indivíduos e grupos sociais (Serpa, 2021). O lazer associado às práticas de consumo, por vezes, revela o projeto e o destino final de algumas políticas urbanísticas ao determinar quais espaços públicos podem e devem servir de “vitrines” da cidade (Serpa, 2007; 2021).

Obviamente, a flora e fauna, combinados com a presença de corpos hídricos tornam essas modalidades de parques públicos atrativos à sua utilização. No entanto, é preciso estar atento às peculiaridades de usos que se manifestam em diferentes rotinas e circunstâncias.

Ao analisarmos os espaços públicos urbanos a partir da experiência de visitá-los em suas rotinas cotidianas, torna-se evidente a variação nos ritmos e tipos de uso ao longo do dia e da noite. Essas alternâncias de usos denominamos de “dança-do-lugar”, as quais consistem em diferentes rotinas espaço-temporais que se manifestam a partir das mudanças de públicos e atividades, conformando distintas territorialidades dos espaços urbanos, segundo diferentes horas dos dias e dias da semana (De Paula, Marandola Jr., 2023; Seamon, 2013; 1977). Durante a noite, exceto quando esses locais são palco de eventos públicos — como feiras gastronômicas, impulsionadas pelo modismo dos *food trucks*, shows ou apresentações artísticas, que fomentam práticas de comunhão urbana — eles tendem a ficar esvaziados. No entanto, ainda há a prática de atividades físicas nesse período, embora a sensação de segurança varie conforme fatores como gênero, classe social e faixa etária.

Outro fator essencial para a sensação de segurança durante a noite é a infraestrutura básica. A densa vegetação, que durante o dia oferece sombra, brisas e conforto térmico, pode se tornar um fator de risco à medida que intensifica a escuridão no local. Por isso, a

presença de vias bem iluminadas, acessos sinalizados — como portões, rampas e escadas — entre outros elementos, tornam-se fundamentais para a segurança dos frequentadores.

Embora o aparato infraestrutural seja importante, a sensação de segurança também depende de outras dinâmicas cotidianas, por vezes, intersubjetivas. Jane Jacobs (2000, p.37), em seu clássico “Morte e Vida em Grandes Cidades”, indicava que a “segurança das ruas é mais eficaz, mais informal e envolve menos traços de hostilidade e desconfiança exatamente quando as pessoas as utilizam e usufruem espontaneamente e estão menos conscientes, de maneira geral, que estão policiando.” Essa informalidade da vigilância propriamente civil se aplica, em alguns casos, para espaços públicos localizados em pequenos bairros, onde os laços comunitários estão territorializados se manifestam de maneira mais evidente nos usos cotidianos.

Esses vários elementos demonstram como é complexa as discussões que envolvem os espaços públicos e os fatores de vulnerabilização social e ambiental. Por isso, iremos nos valer de um caso recente na cidade de Campinas, interior do São Paulo, ocorrido em 24 de janeiro de 2023, para elucidar e discutir o tema da vulnerabilidade em espaços públicos de maneira emblemática.

A queda de uma árvore da espécie eucalipto (*Eucalyptus Globulus Labill*) causou a morte de uma criança de sete anos de idade e ferimentos graves em uma jovem com 27 anos. Segundo jornal local (Carvalho, 2025), após o acidente a cidade viveu um cenário de isolamento dos espaços públicos (em um contexto no qual a pandemia da Covid-19 ainda era uma memória bem recente). Parques tradicionais da cidade como o Parque Portugal ou “Lagoa do Taquaral” (onde ocorreu o incidente), Bosque dos Jequitibás, Parque Ecológico Emílio José Salim, Bosque dos Alemães e Bosque dos Italianos foram fechados por tempo indeterminado. Com os períodos de chuvas torrenciais no verão e a intensificação dos ventos, a prefeitura da cidade alegou ser necessário, por segurança, proibir o uso desses lugares a fim de estabelecer um plano de ação para o manejo de árvores com corte, poda e identificação de espécimes com risco de queda, para substituir espécies e reflorestar tais locais.

O incidente ganhou proporções significativas, ampliando o debate público a respeito do papel do estado e sua responsabilidade em casos semelhantes. As investigações e eventuais atribuições de culpa foram questionadas pelo poder judiciário, gerando divisão de opiniões na cidade. O inquérito policial que investigou a morte da criança passou por três instâncias na justiça devido à inadimplência das empresas contratadas para o cuidado e manejo do parque. Além disso, uma ação civil movida pelo Ministério Público de São

Paulo solicitava a condenação do governo municipal de Campinas, exigindo uma indenização de R\$ 2 milhões às famílias afetadas.

Quase dois anos depois do incidente, em 21 de novembro de 2024, a câmara municipal da cidade do interior paulista aprovou o decreto 23.661 (Campinas, 2024), que dispôs sobre a operação de mitigação de riscos sobre as chuvas de verão. O decreto faz parte de um acordo internacional estabelecido pelo Município de Campinas com a iniciativa “Construindo Cidades Resilientes – MCR 2030”, do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres.

O decreto institui um Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PCPDC), o qual estabelece o fechamento de parques e bosques à visitação pública quando o acumulado de chuvas em 72 horas chegasse a 80 milímetros. A ação mobilizou órgãos como, além da Defesa Civil, a Secretaria de Serviços Públicos e institutos de pesquisa como o Cepagri (Centro de Pesquisas Meteorológicas e Aplicadas à Agricultura) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Em 3 de fevereiro de 2025, 13 parques públicos foram fechados: Bosque Augusto Ruschi, Bosque dos Cambarás, Parque Dom Bosco, Parque Linear Capivari (Parque José Mingone/Lagoa do Mingone), Parque Luciano do Valle, Praça da Juventude Alessandro Monare; e na região Sul são Bosque São José, Bosque dos Artistas, Bosque dos Guarantãs, Lagoa do Jambeiro (Praça José Ferreira de Toledo), Parque Ecológico Benevenuto Tilli, Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim e Parque das Águas. A nota pública sobre o caso alegou que os órgãos responsáveis consideravam estes parques bem arborizados e, apesar do manejo da vegetação, a chuva somada às rajadas de ventos e solos encharcados aumentariam o risco de quedas de galhos ou deslizamentos de terras que provocariam derrubadas de árvores, até mesmo, saudáveis.

Notamos assim que mesmo os espaços públicos como “álisis verdes” e fatores fundantes de gentrificação e segregação socioespacial na cidade, os perigos envolvidos na própria gênese e existência destes lugares passam por uma série de contingências que atravessam desde os recursos burocráticos de regulação urbana até perigos presentes nas práticas mais triviais de seus usos.

4. VULNERABILIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS, DA CIDADE E DA EXPERIÊNCIA URBANA

Imagem 2: dessa vez, o caminhante se encontra em um parque público em um dia de meio de semana. O projeto urbanístico e arquitetônico do lugar não estabelece limites físicos com os outros equipamentos públicos da cidade - não há cercas, tampouco muros. Os jardins se estendem sobre galerias de árvores e os caminhos passadiços se intercalam entre espaços abertos – arenas, praças, arquibancadas, quadras esportivas – todos ocupados e animados por diferentes pessoas (crianças, idosos, jovens etc.) e espaços oclusos – museus, prédios públicos, restaurantes. Informações como mapas e placas de localização estão posicionados próximos às estações administrativas e cabines de informação, integradas à serviços de saúde pública, como postos de vacinação e exames.

O observador percebe, portanto, que a existência daquele espaço público não se destina apenas às práticas de atividade física - ao seu julgamento, também de extrema importância - mas às pessoas que veem ali a oportunidade de acessar serviços públicos, por vezes, não acionados por conta da agitada rotina da vida na cidade.

A locomoção de pessoas também se apresentou variada. Há pedestres, ciclistas na ciclovia, patinetes, pessoas com patins, skates e *longboards*. Algumas com trajes esportivos, outras sociais talvez à passeios, e algumas com estilos mais formais e corporativos a caminho do trabalho. Todas as transições de níveis de pisos estão sinalizadas, compostas por rampas e corrimões, além de escadas. Isso permitiu que o caminhante notasse a presença de pessoas PcD's e muitos idosos, dando-lhe a sensação de um aspecto importante sob o lugar – uma diversidade e um sentido democrático do espaço público.

Sobre algumas sombras de árvores, ainda, nos canteiros centrais, pessoas faziam piqueniques. Pareciam ter grupos de famílias, jovens amigos que o observador julgou ser estudantes por conta das mochilas e livros. Mas também havia pessoas deitadas cochilando com diferentes uniformes de fábricas, chapéus e bonés posicionados, estrategicamente, sobre o rosto para usufruir de um possível cochilo no horário de intervalo do expediente. Esse cenário se misturava com uma exposição de arte a céu aberto, com quadros e gravuras, próximo a um grupo de teatro que praticava uma intervenção artística, interagindo com os transeuntes que ali passavam: algumas pessoas paravam e se empenhavam nos papéis para si atribuídos, enquanto outros, apressados, evitavam os figurinos.

Eram tantas dinâmicas acontecendo concomitantemente, a um só tempo, que o observador se pergunta: em que lugar aquelas práticas poderiam estar acontecendo, daquela maneira, se não ali, no espaço público da cidade?

Os espaços públicos urbanos se apresentam nesta segunda “imagem” como uma heteronímia da cidade contemporânea: espaço público desejado (cobiçado) numa cidade decadente (Marandola Jr., 2020). Por um lado, enquanto na cidade as vias são cada vez mais congestionadas, o andar, por conta domínio do deslocamento por automóveis, somado aos pisos inadequados, à poluição do ar e sonora, torna a experiência de caminhar algo terrível e amedrontador; por outro lado, nos espaços públicos, a experiência do movimento estabelece outras vivências urbanas contemporâneas: onde o movimentar-se

seria acolhido e harmônico pela diversidade de corpos que ali habitam (Gehl, 2013). Essas diferentes corporeidades – o andar, o parar, o sentar e outras infinitas formas de experimentar e gozar da paisagem – traria um sentido de lugar adverso ao ritmo acelerado da cidade contemporânea (Speck, 2020).

Essa heteronímia, que apresenta a cidade como à beira do fim da experiência urbana — já anunciada por Walter Benjamin (Benjamin, 1994; Marandola Jr., 2020) —, se configura na tensão entre a racionalidade técnica e os princípios formais dos projetos urbanísticos desses espaços, por um lado, e a ambivalência e flexibilidade das fronteiras simbólicas construídas no cotidiano por aqueles que ali habitam, por outro.

As vulnerabilidades dos espaços públicos são os elementos que constituem esse “jogo” que ora os colocam como “algozes” da vida pública, ora como “heróis” dos riscos relacionados à violência, à poluição e degradação ambiental nas cidades. Assim, o fluxo de aspectos e dispositivos normativos e estruturantes de proteção – como o caso de decretos de leis municipais sobre seus usos – até as fábulas que coadunam sobre as narrativas simbólicas, fluentes e instáveis do imaginário urbano e da opinião pública advertem discursos que equivocadamente colocam esses lugares como desimportantes. Reiteramos que uma cidade “segura” pode ser julgada pelas experiências positivas e negativas de seus espaços públicos, bem como, pela sua capacidade administrativa de gerir proteção aos perigos previstos, sejam eles de natureza social ou ambiental.

Embora a gestão dos riscos urbanos envolva dimensões relativas às condições que determinados lugares, grupos e indivíduos estão expostos, há eventos danosos que impactam a dinâmica de espaços públicos urbanos de forma externa às suas capacidades de oferecer abrigo ou segurança em um contexto vulnerável. Essa é a natureza bifacetada do conceito de vulnerabilidade que frisamos: a vulnerabilidade não envolve apenas a exposição aos riscos – isto é, os perigos em si, os quais causam os danos sociais e ambientais — mas também as estratégias do poder público e de outras esferas da sociedade criarem e adotarem medidas para enfrentá-los (Marandola Jr.; Hogan, 2006).

Acontecimentos como enchentes, inundações ou o aumento da violência civil, por exemplo, tornam os espaços públicos “catalisadores” dos riscos urbanos, uma vez que são neles onde esses eventos afetam diferentes grupos e indivíduos com distintas intensidades. À vista disto, a própria idealização de “cidade sustentável” é atravessada pela vulnerabilidade dos espaços públicos.

Dissociá-los dos contextos sociais, históricos e geográficos do sítio urbano onde estão localizados é impossível: a própria natureza que compõe as discussões sobre as

fronteiras (físicas e simbólicas) entre aquilo que está “fora” e aquilo que está “dentro” dos espaços públicos se tornam, nesse sentido, inócuas. A segunda “imagem” é composta por um parque sem muros, justamente para tentar traçar essa noção de integração do parque público com a cidade. Os parques urbanos são locais efêmeros e, por vezes, vulneráveis a fatores exógenos aos seus contextos. Eles costumam experimentar extremos de popularidade e impopularidade, uma vez que essa polarização não se deve apenas à capacidade interna desses lugares em oferecer segurança e tranquilidade, mas combinar diferentes tipos de usos diretamente relacionados às características de sua vizinhança (Jacobs, 2000).

Souza (2008) ao pesquisar o tema da segurança em centros urbanos brasileiros, refletiu sobre o termo que cunhou de **“fobópole”**⁴, ponderando sobre como a insegurança concebe riscos capazes de alterar os padrões de circulação e usos da cidade. Borja e Muxi (2000) chamou de **“agorafobia dos espaços urbanos”**, Madge (1997) como **“geografia do medo”** e Carmona (2010), e também Tuan (2005), que discutiu o **“medo na cidade”** sobre outros aspectos. Em consonância com considerável parcela da literatura, nossa perspectiva é de que essa “fobia urbana” apenas pode ser compreendida de maneira integrada entre os diferentes espaços da cidade (sejam eles públicos ou privados). Essa perspectiva integrada permite diluir os contrastes analíticos entre a vida “dentro” e “fora” dos espaços públicos para avaliar concepções que categorizam esses locais como, por vezes, meros “adereços” urbanos. E reconhecer, em vez disso, suas tipologias e seus contextos sociais e geográficos como parte essencial da cidade.

Nesse sentido, apresentamos as imagens 1 e 2 como um recurso estético-reflexivo capaz de estimular uma forma de refletir a experiência a cidade no e do espaço público. A experiência do caminhante foi orientada pela análise fenomenológica diante das crises que se anunciam sobre a cidade. A intersubjetividade do ato de caminhar reconhece a importância das dimensões não institucionalizadas desses espaços, bem como a sensibilidade para percebê-los, em suas dinâmicas cotidianas, como potenciais cenários de reinvenção (De Paula, 2016). Esse olhar fenomenológico se torna ainda mais relevante no contexto das estratégias de enfrentamento de diferentes riscos, que frequentemente impõem restrições excessivas às condições reais dos atuais espaços públicos. Assim,

⁴ “Uma ‘fobópole’ é dito, toscamente, uma cidade dominada pelo medo da criminalidade violenta. Mais e mais cidades vão, na atual quadra da história, assumindo essa característica. As grandes metrópoles brasileiras podem ser vistas, contudo, como ‘laboratórios’ privilegiados a esse respeito, a começar pelas duas metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro.” (Souza, 2008, p. 9).

voltamos à primeira questão deste ensaio: **“quem ou que está vulnerável nos espaços públicos?”**

O enfraquecimento das esferas social e pública faz parte deste processo de produção de insegurança e a profusão dos discursos do “medo” nos espaços públicos urbanos. No contexto brasileiro, como Estado Democrático de Direito, a proteção civil é definida pela garantia das liberdades fundamentais e pela defesa da integridade das pessoas e de seus bens. No entanto, quando a falibilidade dessa estrutura se torna evidente, e um indivíduo sofre uma ação danosa ou traumática em espaços públicos, ele se vê desprovido de suas conexões coletivas — reflexo da fragilização da vida pública e social.

Esse indivíduo exposto ao risco se apresenta como aquele que Castel (2005) denominou de desencaixado (*disembedded*), ou seja, a esmo da própria sorte. Esse “desencaixe”, para Castel (2005), faz com que o indivíduo “se privatize” ao encarar o problema da falta de proteção através de estratégias individuais em que a chance de as obter está diretamente associada à sua capacidade individual de mobilizar recursos e capitais à sua proteção. Compreender a vulnerabilidade, atravessada por essa busca individual pela segurança passa a ser, então, uma tarefa desafiadora para compreender os espaços públicos como lugares de segurança e proteção, revelando que não são apenas os indivíduos estão “desencaixados” de suas pertencas coletivas, mas também os próprios espaços públicos urbanos. Sofrendo dessa mesma condição poderiam, assim, ser chamados de “*disembedded places*” (lugares desencaixados). Ao serem estigmatizados como espaços marginalizados dentro dessa lógica, eles se tornam, como Jacobs (2000) atentou, “territórios cegos” ou “ruas anônimas” e, sobre um mesmo instante, lugares efêmeros que habitam as fábulas mais pictóricas dos anseios da cidade. Perceber essa dimensão imaterial (simbólica) desses lugares abre possibilidades sobre seu caráter pré-projetual ou a sua própria ontologia. Espaços públicos estão vulnerabilizando à medida em que se tornam vulneráveis...

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio L. **Espaço público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.

ANDRADE, Luciana T.; BAPTISTA, Luís V. Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos. Sociologia, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXIX, p.129-146, 2015.

ARANTES, Antonio A. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas, SP: Eidtora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BAUMGARTNER, Wendel H. Gentrificação verde e os objetivos do desenvolvimento sustentável em áreas urbanas. **Geografia**, Rio Claro, v.46, n.1, p.1-16, 2021.

BERDOULAY, Vincent. El lugar y el espacio publico. In: BRIGÍDIA, Perla Z.; CASTRO, Hortencia; ADAMO, Susana B. (Orgs.) **Geografías culturales**: aproximaciones, intersecciones y desafios. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad Buenos Aires, p.139-153, 2011.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura, e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ed. São Paulo, Brasiliense, 1994. p. 114-119.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio público**: ciudad y ciudadanía. Barcelona: Electa, 2000.

CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de muros**: crime segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34/Edusp, 2000.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Decreto nº 23.661, de 21 de novembro de 2024. **Dispõe sobre a Operação Chuvas de Verão 2024/2025, institui o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil - PCPDC, e dá outras providências**. Disponível em : <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/decreto/2024/2367/23661/decreto-n-23661-2024-dispoe-sobre-a-operacao-chuvas-de-verao-2024-2025-institui-o-plano-de-contingencia-de-protecao-e-defesa-civil-pcpdc-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 5 fev. 2025.

CAMPOS, Rodrigo J. Importância e uso dos espaços públicos antes, durante e pós-pandemia. **Revista Tema et Scientia**, v. 12, n. 2, jul/dez 2022.

CARMONA, Matthew. Contemporary public space: critique and classification, Part one: Critique. **Journal of urban design**, v.15, n.1, p. 123-148, 2010.

CARVALHO, Marcello. Inquérito, ação de 2 milhões, corte e reflorestamento: veja o que foi feito após queda do eucalipto que matou criança no Taquaral. G1 – **Campinas e Região**. Campinas, 24 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2024/01/24/inquerito-acao-de-r-2-milhoes-corte-e-reflorestamento-veja-o->

[que-foi-feito-apos-queda-de-eucalipto-que-matou-crianca-no-taquaral-ha-um-ano.ghtml](#).

Acesso em: 5 fev. 2025.

DE PAULA, Luiz T.; MARANDOLA JR., Eduardo. A dança-do-lugar como prática para uma fenomenologia dos espaços públicos urbanos. **Revista Cidades**, v. 15, n. 25, pp. 100-122, 2023.

DE PAULA, Luiz T. Fenomenologia dos Espaços Públicos: entre as certezas e inseguranças da experiência urbana. 2016. 107p. **Dissertação** (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2016.

DI FELICE, Massimo. **Paisagens pós-urbanas**: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume, 2009.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES, Marcos A. S. Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 79-90, mai/ago. 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

KILLIAN, Ted. Public and private, power and space. In: ANDREW, L.; SMITH, J.L. (Orgs.). **The Production of Public Space**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

LEITE, Rogerio P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007.

LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, dez. 2002.

MADGE, Clare. **Public parks and geography of fear**. Tijdschrift voor economische en sociale geografie. Utrecht: Utrecht University. v. 88, n.3, p.237-250, jun. 1997.

MARANDOLA JR., Eduardo. Ainda é possível falar em experiência urbana? Habitar como situação corpo-mundo. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 42, v. 2, p. 10-43, jun. 2020.

MARANDOLA JR., Eduardo; DE PAULA, Luiz T. Espaços de vida migrantes: mobilidade e insegurança existencial na Região Metropolitana de Campinas. **Geografia**, Rio Claro, v.38, n.1, p-67-93, jan./abr. 2013.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006

MARICATO, Emília. A cultura do automóvel. **Revista Ciência e Ambiente**, Santa Maria, 2008.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

ROCHA, Josielle C. S.; COSTA, Fernando A.; COLCHETE FILHO, Antonio F. O espaço público e a pandemia de Coronavírus: o Parque Halfeld em Juiz de Fora/MG. **IV Simpósio Brasileiro Online de Gestão Urbana**, novembro, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SALCEDO HANSEN, Rodrigo, El espacio público en el debate actual: una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. **EURE**, v.28, n.84, p.5-19, 2002.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. (trad. Lygia Araujo Watanabe) São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SPECK, Jeff. **Cidade caminhável**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

SPÓSITO, Maria E.; GÓES, Eda M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

SEAMON, D. Corpo-Sujeito, rotinas espaço-temporais e danças-do-lugar / Body-subject, time-space routines, and place-ballets. **Geograficidade**, v. 3, n. 2, p. 4-18, 1 jul. 2013.

SEAMON, David. Movement, rest, and encounter: a phenomenology of everyday environmental experience. 1977. 306f. **Dissertation** (Doctorate of Philosophy) Department of Geography, Clark University, Worcester, Massachusetts, 1977.

SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia**. São Paulo: Contexto, 2021.

SERPA, Ângelo. **O Espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERPA, Ângelo. Parque público: um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana? **Cidades**, v.2, n.3, p.111-141, 2005.

SERPA, Ângelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GeoUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.15, p.21-37, 2004.

SOUZA, Eder C. M. Espaços públicos, condições de vida e pandemia: análise das pesquisas urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, [S. l.], v. 12, p. e-rbs.951, 2024.

SOUZA, Marcelo L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. (trad. Livia de Oliveira) São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

VALVERDE, Rodrigo R. H. F. Os limites da inversão: a heterotopia do Beco do Batman, São Paulo. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, p. 222-243, 2017.

VALVERDE, Rodrigo R. H. F. Cracolândia: a heterotopia de um espaço público. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 5, p. 211-230, 2015.

VALVERDE, Rodrigo R. H. Sobre espaço público e heterotopia. **Geosul**, Florianópolis, v.24, n.48, p. 7-26, 2009.

Recebido: 25/02/2025

Aceito: 15/03/2025